



PODER

Moraes nega pressão para beneficiar Master

Ministro do STF confirma contatos com Galípolo, mas diz que objetivo foi tratar da Lei Magnitsky, não do caso do banco. Declaração ocorre após reportagem apontar suposta interferência do magistrado por uma solução para o imbróglio envolvendo a instituição

» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sustentou ontem que encontrou o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para tratar dos efeitos da aplicação da Lei Magnitsky, imposta pelo governo Trump ao magistrado, mas não foi abordada a questão do **Banco Master**.

Em nota divulgada à noite, Moraes afirma que as duas reuniões com Galípolo ocorreram em seu gabinete. A primeira, em 14 de agosto, e a segunda, em 30 de setembro. “O ministro Alexandre de Moraes esclarece que realizou, em seu gabinete, duas reuniões com o Presidente do Banco Central para tratar dos efeitos da aplicação da Lei Magnitsky. A primeira no dia 14/08, após a primeira aplicação da lei, em 30/08; e a segunda no dia 30/09, após a referida lei ter sido aplicada em sua esposa, no dia 22/09”, diz o texto.

Segundo o que ressalta a nota, o caso envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e Banco Master não estava na pauta das reuniões, e nenhum outro assunto, além da Lei Magnitsky foi discutido. “Em nenhuma das reuniões foi tratado qualquer assunto ou realizada qualquer pressão referente à aquisição do BRB pelo Banco Master”, frisa. “Esclarece, ainda, que jamais esteve no Banco Central e que inexistiu qualquer ligação telefônica entre ambos, para esse ou qualquer outro assunto. Por fim, esclarece que o escritório de advocacia de sua esposa jamais atuou na operação de aquisição BRB-Master perante o Banco Central”, finaliza o documento.

Horas antes, também em nota, Moraes afirmou que a conversa com Galípolo integrou uma série de reuniões voltadas a avaliar as consequências da aplicação da legislação internacional, que prevê sanções econômicas e financeiras. O ministro informou que também se reuniu individualmente com o vice-presidente jurídico do Banco Itaú e com a presidente do Banco do Brasil, além de participar de um encontro coletivo com

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Os negócios da família Moraes se tornaram alvo de escrutínio após o escândalo do Master, que tem o escritório liderado pela mulher do magistrado

Suposta pressão

Segundo reportagem de O Globo, Moraes teria pressionado Galípolo e o BC a aprovarem uma solução para o Banco Master, que acabou liquidado pela autoridade monetária em 18 de novembro. O Master, do banqueiro Daniel Vorcara, é investigado pela Polícia Federal, que apura fraudes bilionárias no mercado de crédito.

representantes do setor bancário, incluindo dirigentes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), da Federação

Memória

Sanções americanas

» A Lei Magnitsky impõe sanções financeiras a estrangeiros acusados de corrupção ou violações graves de direitos humanos. O mecanismo legal à disposição do Departamento de Tesouro dos EUA nunca havia sido utilizado contra membros do Poder Judiciário. No caso do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal

(STF), o presidente americano Donald Trump decidiu sancioná-lo em razão do processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, que acabou condenado a 27 anos de prisão. Moraes era o relator do caso. A sanção foi revogada neste mês.
» Além de Moraes, a mulher dele, a advogada Viviane Barci, foi atingida pelas sanções americanas. Ela foi incluída na lista mantida pelo Escritório de

Controle de Ativos Estrangeiros em 22 de setembro, num gesto de retaliação após a 1ª Turma do STF condenar Bolsonaro.
» Em 12 de dezembro, Trump retirou Moraes, Viviane e uma empresa da família da lista de alvos da Magnitsky. Nos últimos meses, o presidente americano tem se reaproximado do governo brasileiro e teve encontros com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

sobretudo no que se refere à manutenção de serviços bancários básicos — como contas correntes e cartões de crédito e débito —, diante

Saiba mais

Negócios da família

Os negócios da família do ministro Alexandre de Moraes, do STF, tornaram-se alvo de escrutínio após o escândalo do Banco Master, que tem o escritório liderado por Viviane Barci, mulher do magistrado, como seu representante legal nos tribunais, no Congresso e na Receita Federal. Conforme revelado pelo O Globo, a empresa firmou contrato com o banco de Daniel Vorcara que lhe garante R\$ 3,6 milhões por mês entre 2024 e 2027. Caso o contrato tivesse sido cumprido integralmente, o escritório Barci de Moraes receberia R\$ 129 milhões até o início de 2027.

de eventuais restrições impostas por sanções internacionais. Ele não citou instituições financeiras específicas nem mencionou interesses particulares em suas explicações.

O Banco Central confirmou oficialmente as conversas entre Galípolo e Moraes e afirmou que os encontros se restringiram à discussão dos efeitos da Lei Magnitsky. Em comunicado divulgado em seu site, a autarquia ressaltou que não houve debate sobre outros temas fora desse contexto.

Ainda conforme o BC, as reuniões ocorreram após a imposição da sanção ao ministro e a membros de sua família pelo governo dos Estados Unidos, em julho, medida que foi revogada neste mês.

As explicações de Moraes e do Banco Central foram divulgadas após o jornal O Globo relatar que o ministro teria procurado Galípolo em ao menos quatro ocasiões, com conversas telefônicas e encontros presenciais, para abordar temas ligados ao Banco Master. A reportagem também citou a contratação, pelo banco, de um escritório de advocacia que pertence à esposa do ministro — informação que foi negada como objeto das reuniões tanto por Moraes quanto pelo Banco Central.

Oposição prepara ofensiva contra ministro

A repercussão do suposto caso envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na defesa do Banco Master provocou reação imediata da oposição no Congresso Nacional.

A liderança da oposição na Câmara dos Deputados anunciou que vai protocolar um pedido de impeachment contra Moraes, iniciativa liderada pelo deputado Cabo Gilberto (PL-PB). Em nota oficial, o grupo afirma que a medida busca preservar a segurança jurídica e a credibilidade das instituições, defendendo a apuração imparcial dos fatos e o esclarecimento completo das circunstâncias envolvendo o magistrado.

No comunicado, a oposição cobra do Senado Federal uma atuação isenta e responsável, lembrando que cabe à Casa analisar pedidos de impeachment contra ministros do STF.

O texto também destaca a defesa dos princípios da transparência, da legalidade e da responsabilidade institucional, além de afirmar que não existem “castas” ou

“intocáveis” no Estado Democrático de Direito. Parlamentares opositores informaram ainda que já iniciaram a coleta de assinaturas para dar andamento ao processo.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) anunciou ter apresentado uma queixa-crime contra Moraes na Procuradoria-Geral da República (PGR) e um pedido de impeachment do ministro.

De acordo com a parlamentar, se a tentativa de interferência de Moraes no caso for comprovada, “ele deve responder por advocacia administrativa, que é aquele crime em que o servidor público usa do próprio prestígio para beneficiar entidade privada”, escreveu nas redes sociais.

Na segunda-feira, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou, em seu perfil no X, que após o recesso parlamentar vai coletar assinaturas para uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). O objetivo, segundo ele, é investigar “notícias sobre um contrato entre o Banco Master e o escritório da família do ministro Moraes, de 129

Jefferson Rudy/Agência Senado



Damares disse ter apresentado queixa-crime e pedido de impeachment

milhões de reais, fora do padrão da advocacia, além dessa notícia de atuação direta do ministro em favor do banco”.

em todas as ocasiões, foram tratados apenas “assuntos específicos sobre as graves consequências da aplicação da referida lei”,

Código de conduta

A controvérsia ocorre em um momento em que a própria



Se isso ficar comprovado, ele deve responder por advocacia administrativa, que é aquele crime em que o servidor público usa do próprio prestígio para beneficiar entidade privada"

Damares Alves (Republicanos-DF), senadora

cúpula do Supremo discute a necessidade de maior transparência e de parâmetros éticos mais claros para a magistratura. Na última

sessão do STF em 2025, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, defendeu o diálogo sobre a criação de um código de conduta para ministros dos tribunais superiores. Segundo ele, prestar contas à sociedade é uma obrigação inerente ao Estado Democrático de Direito.

Fachin afirmou que a transparência não é um atributo acessório, mas um elemento constitutivo das instituições democráticas. Disse que há uma proposta em “gestação” para debater diretrizes éticas voltadas à magistratura, inspirada no código de conduta do Tribunal Constitucional da Alemanha.

Ele relatou já ter conversado com colegas do STF e com presidentes de outros tribunais superiores sobre a ideia, que, no entanto, enfrenta resistências internas. Ao mencionar o fim da sanção Magnitsky contra Moraes, Fachin afirmou que o Supremo não pode se dobrar a ameaças, reforçando a necessidade de diálogo e de confiança pública nas decisões da Corte. **(AB)**